

Governo vai anunciar dia 14 medidas de combate à inflação

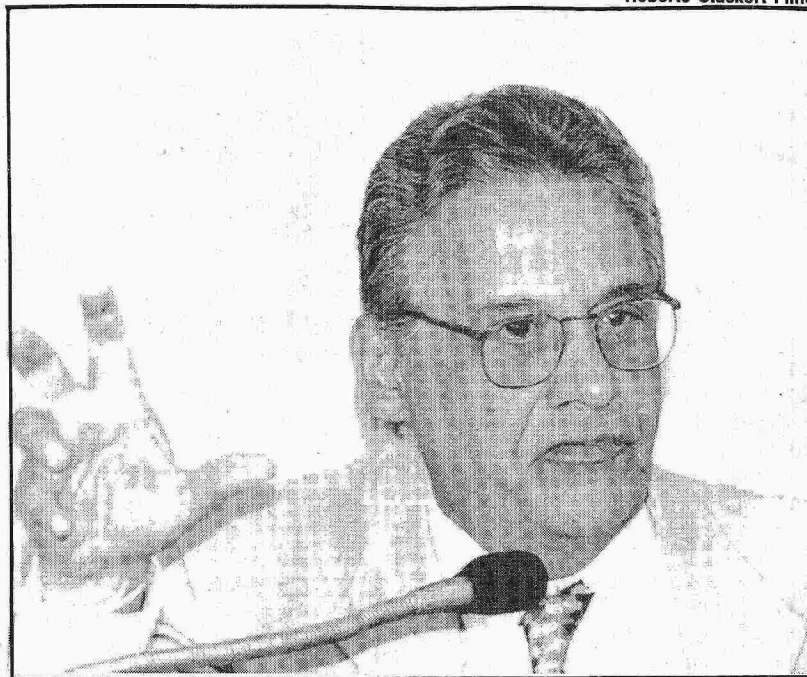
BRASÍLIA — O Governo vai baixar medidas enérgicas e rigorosas para conter a inflação e o déficit público, garantiu o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O anúncio foi feito terça-feira à noite, durante reunião da bancada do PSDB, na casa do deputado José Serra. As medidas serão divulgadas oficialmente pelo Governo em cadeia nacional de rádio e TV, no dia 14 de setembro, quando o Plano de Ação Imediata (PAI) completar três meses.

Para os mais assustados, o ministro foi taxativo: as medidas não devem atingir os salários e não incluem o aumento da alíquota do Imposto de Renda na fonte, de 25% para 35%.

— Não vamos apresentar nada nesse sentido, uma vez que o impacto na receita seria inexpressivo. Podem ficar tranquilos: não será preciso correr aos bancos, pois os chamados choques estão fora de cogitação — garantiu o ministro, respondendo a uma pergunta do deputado José Elias Murad (PSDB-MG).

Preocupados com os assalariados, que são os mais atingidos pela inflação, os 32 deputados e quatro senadores que participaram da reunião na casa de Serra, na noite de terça-feira, cobraram do ministro punições aos chamados sócios da inflação.

— Estamos trabalhando nisso, mas não haverá choque ou dolarização da economia. Não vamos seguir o modelo argentino —



Fernando Henrique: medidas não vão atingir salários nem alíquotas do IR

afirmou o ministro.

Fernando Henrique explicou aos parlamentares que a edição de um novo choque econômico poderia ser benéfico num prazo de dois meses, mas não seria suficiente para conter a inflação a longo prazo. Segundo o ministro, qualquer choque desorganizaria a economia, afetando principalmente o setor privado, que atualmente já apresenta sinais de revitalização.

— O ministro deixou claro que

o desemprego diminuiu, que o Produto Interno Bruto (PIB) vai apresentar um crescimento da ordem de 4,5% e que o Governo terá a maior arrecadação da História. Em compensação, terá também a maior despesa da História. E é exatamente nesse ponto, da dívida interna, que o Governo vai agir agora, junto com as medidas de combate à inflação. No que se refere à dívida interna, hoje em US\$ 40 bilhões, ele pretende reduzir esse total

para US\$ 20 bilhões — informou o deputado Sigmaringa Seixas.

Para executar esta segunda fase do plano de estabilização econômica, Fernando Henrique pediu aos deputados e aos senadores do PSDB todo o empenho dentro do Congresso Nacional.

Na reunião de terça-feira, a primeira de uma série que o ministro pretende ter com a bancada, ele começou a fornecer os argumentos básicos para que deputados e senadores possam defender as medidas econômicas que serão analisadas pelo Congresso. Os principais argumentos são o crescimento do PIB, a diminuição do desemprego e a promessa de não aumentar as alíquotas do Imposto de Renda. Em meio à crise do PMDB, Fernando Henrique resolveu se precaver. Durante a reunião na do deputado José Serra, forneceu toda a argumentação para defesa do plano de estabilização no Congresso. Depois da parte técnica e do alerta sobre novas medidas, não faltaram comentários sobre a crise do PMDB. Fernando Henrique se mostrou surpreso com o racha do PMDB:

— Fui surpreendido com esse episódio. A saída do ministro Barros Munhoz, que vinha fazendo um trabalho muito bom na Agricultura, é lamentável. É uma pena que os demais ministros do PMDB não tenham conseguido contornar isso — afirmou o ministro.

Roberto Stuckert Filho